



A ESCOLA DE FORMAÇÃO DIGITAL E O CONTROLE DA GEOGRAFIA ESCOLAR NA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS.

Guilherme Albuquerque de Oliveira Souza¹

RESUMO

Este trabalho analisa o movimento de ampliação da plataformização e da digitalização da educação pública e dos processos educativos no estado de Minas Gerais a partir da Escola de Formação Digital. Destaca-se os impactos desses movimentos na Geografia Escolar e no controle sobre o trabalho pedagógico das professoras e professores da rede estadual. A pesquisa está pautada no Materialismo Histórico Dialético e na análise das plataformas e de dados secundários. Os estudos indicaram que o avanço da plataformização está intimamente associado aos interesses do capitalismo na era digital e com as reformas curriculares, como a imposição do Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG), demonstrando como a política neoliberal de currículo, por meio do fortalecimento dos mecanismos de regulação, vigilância e controle assimilados nas plataformas, interfere diretamente no ensino de Geografia, limitando a escolha do conteúdo e a abordagem do conteúdo pelas professoras e pelos professores.

Palavras-chave: Plataformização da Educação, Neoliberalismo Digital, Geografia Escolar, Controle.

RESUMEN

Este trabajo analiza el movimiento de ampliación de la plataformización y la digitalización de la educación pública y los procesos educativos en el estado de Minas Gerais a partir de la Escuela de Formación Digital. Se destacan los impactos de estos movimientos en la Geografía Escolar y en el control sobre el trabajo pedagógico de las profesoras y los profesores de la red estatal. La investigación se basa en el Materialismo Histórico Dialéctico y en el análisis de las plataformas y de datos secundarios. Los estudios indicaron que el avance de la plataformización está íntimamente asociado a los intereses del capitalismo en la era digital y a reformas curriculares, como la imposición del Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG), demostrando cómo la política neoliberal de currículo, por medio del fortalecimiento de los mecanismos de regulación, vigilancia y control asimilados en las plataformas, interfiere directamente en la enseñanza de Geografía, ya que limita la elección del contenido y el abordaje del contenido por las profesoras y por los profesores.

Palabras clave: Plataformización de la Educación, Neoliberalismo Digital, Geografía Escolar, Control.

INTRODUÇÃO

Em 2020 a sociedade foi surpreendida pela pandemia da COVID-19 e por uma crise sanitária global, impulsionada pela crise permanente do capital. O avanço descontrolado da doença, visível já no primeiro trimestre de 2020, ocasionou a suspensão das atividades

¹Mestrando em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas (PPGeo/Unifal-MG) e bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Contato: guilherme.albuquerque@sou.unifal-mg.edu.br



presenciais e na adoção de regimes remotos de estudos e de trabalho², buscando diminuir a aglomeração e, portanto, a propagação do vírus SARS-CoV-2. Nesse contexto e no âmbito das escolas públicas e particulares, as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) assumiram centralidade no processo de ensino-aprendizagem, mas não da mesma forma, pois a lacuna de acesso às tecnologias – também em relação à qualidade do acesso – e as diferentes funções sociais cumpridas pelas escolas públicas e particulares reproduziram as desigualdades entre os alunos da classe trabalhadora e os alunos da elite (Azevedo, 2020).

Além disso, nos estados e municípios estava ocorrendo a imposição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) por meio do apoio técnico e financeiro do Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC). Portanto, o uso das tecnologias e das plataformas digitais se conciliou ao projeto de empresariamento da educação básica que já vinha ocupando lugar central nas políticas educacionais brasileiras nas últimas décadas.

Esta pesquisa não compreende que o processo de plataformização da educação tenha se encerrado com o fim do lockdown. Um exemplo de como o uso de plataformas tem sido incentivado pelos agentes do capital é a publicação do Relatório de Capital Humano Brasileiro pelo Banco Mundial, em julho de 2022. No documento em questão, o uso de plataformas adaptativas é tido como estratégia fundamental para recuperação dos impactos da COVID-19 na formação de capital humano no Brasil (Banco Mundial, 2022).

As Secretarias Estaduais de Educação (SEEs), as Secretarias Municipais de Educação (SMEs) e as políticas educacionais federais tendem a adotar as orientações dos organismos internacionais. Experiências com plataformização nos estados do Paraná e de São Paulo já têm indicado uma associação muito forte com processos de privatização, de controle do trabalho docente, de descaso com a privacidade dos dados da comunidade escolar, enfim, apresentam-se como um verdadeiro laboratório de testes de novas mercadorias e soluções digitais do capitalismo na era digital (Israel, 2024; GEPUD e REPU, 2025).

Em Minas Gerais, é possível notar parcerias entre a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG) com empresas do ramo tecnológico e a adoção de mecanismos de regulação, vigilância e controle, como plataformas de avaliação e monitoramento da educação e o uso do boletim escolar e de materiais engessados digitais. A plataforma "Escola de

²Muito embora, de forma obrigatória, a maior parte da classe trabalhadora tenha permanecido arriscando suas vidas em longas jornadas de trabalhos presenciais para manter suas condições de sobrevivência.



Formação Digital”³ fornece inúmeros materiais padronizados de acordo com as habilidades e competências do Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG) para professores e para os estudantes matriculados na rede.

O objetivo desta pesquisa é compreender de que forma as plataformas educacionais e de trabalho adotadas pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG), sobretudo através dos materiais disponibilizados pela Escola de Formação Digital, têm impactado e contribuído para a padronização da Geografia Escolar e no controle sobre o trabalho pedagógico das professoras e professores da rede estadual. Toda análise desse percurso está pautada no materialismo histórico dialético. Além disso, objetiva-se delinear as contradições expressas na digitalização dos processos educativos em Minas Gerais, visando, sobretudo, contribuir para uma resistência ao projeto do qual a plataformização faz parte.

METODOLOGIA

A pesquisa se pauta nas categorias do materialismo histórico dialético. O uso do método se justifica pela necessidade ético-política (Frigotto, 2001) de compreender a totalidade em movimento das determinações orientadas a partir do capitalismo – especificamente para esta pesquisa, sua fase plataformizada – em um contexto de crise do capital e da luta de classes. Um dos eixos estruturantes para realização da pesquisa é o levantamento bibliográfico, com ênfase nos temas que perpassam os objetivos da pesquisa, tais como: o Ensino de Geografia; as políticas neoliberais de educação; a Organização do Trabalho Pedagógico e; o capitalismo de plataforma e o uso de plataformas educacionais e de trabalho na educação básica.

Foram feitas análises da estrutura de disponibilização dos materiais pela Escola de Formação Digital, bem como a articulação de cada frente (teleaulas, materiais pedagógicos para alunos e professores, jornais e parcerias) com a padronização da Geografia Escolar, enfatizando como o uso de materiais padronizados no âmbito do território estadual e “alinhados” (lê-se padronizados) às orientações de uma base curricular nacional limita a Geografia Escolar e a definição do conteúdo pelos professores e professoras.

Todas as discussões foram articuladas à questão da precarização do trabalho das professoras e professores da rede estadual de educação de Minas Gerais, analisando de quais

³Optou-se por utilizar o nome mais recente da plataforma, mas é importante esclarecer que ela recebeu o nome “Estude em Casa” durante a pandemia, posteriormente renomeada como “Se Liga na Educação”, com a volta das atividades presenciais e, mais recentemente, no fim do primeiro trimestre de 2025, foi renomeada como “Escola de Formação Digital”.



formas essa precarização pode estar alinhada ao projeto de padronização e digitalização dos processos educativos. Além disso, realizou-se o levantamento nos portais de transparência do estado sobre as plataformas externas à SEE-MG que tem sido contratadas, buscando compreender como elas se articulam ao projeto de educação e de sociedade vigentes.

Para ter acesso aos contratos de forma integral, foi necessário buscá-los no Portal de Transparência do estado. Os contratos pesquisados no portal foram a respeito das plataformas Estudo Play, Elefante Letrado, Britannica School, Britannica ImageQuest e Google Workspace for Education. Esses contratos foram analisados buscando entender as relações das plataformas com o controle e a padronização da educação, focando em pontos como os mecanismos de gerenciamento empresariais presentes nessas plataformas (por exemplo, controle sobre o acesso de alunos(as) e professores(as) à plataforma, possibilidade de personalização do conteúdo pelos(as) professores(as) e a presença de indicadores de desempenho).

Para além dos limites e possibilidades da tecnologia

Existe uma falácia – quer seja, uma estratégia política e discursiva muito bem articulada historicamente – que tende a conceber a tecnologia a partir de uma suposta neutralidade técnica, científica, política e social. Daí entendemos que seja importante questionar: a qual sociedade ela serve? Certamente à sociedade capitalista. Mas, estendendo este discurso único e determinista da tecnologia ao campo da educação, podemos nos deparar com reproduções das já conhecidas e exaustivas discussões sobre “limites e possibilidades” de seus abusos no cotidiano escolar. Mas qual a necessidade de problematizar essa inserção? Limites seriam o mesmo que contradições? E possibilidades existem sem autonomia, na singularidade de um sistema técnico à serviço do capital?

Compreendemos nessa perspectiva que devemos ampliar o debate e a crítica ao uso da tecnologia como uma mera “ferramenta” ou “recurso” na sala de aula. Branquinho (2023), embora tratando da produção do espaço urbano, atenta-nos para a forma como a assimilação de tecnologias no espaço produz uma infraestrutura para reprodução das novas formas de acumulação do capital e relações sociais no contexto de crise do capitalismo. Mas das cidades inteligentes às salas de aula inteligentes, constituintes desse universo distópico do capitalismo na era digital, a lógica é a mesma: oportunizar novos negócios, ampliando a degradação das formas de viver da classe trabalhadora e, portanto, as taxas de lucro.

Morozov (2018) chama essa “inteligentificação” da vida cotidiana de regulação algorítmica. Para o autor:



Além de tornar nossa vida mais eficiente, esse mundo inteligente nos apresenta uma opção política empolgante. Se tanto do nosso comportamento cotidiano já foi capturado, analisado e manipulado, por que deveríamos nos deter nas abordagens não empíricas da regulação? Por que confiar em leis, se podemos contar com sensores e mecanismos de retroalimentação? Se as intervenções políticas devem ser – para fazer uso das expressões da moda – “baseadas em evidências” e “voltadas para resultados”, a tecnologia está aqui para ajudar. (Morozov, 2018, p. 84)

Ora, o que representaria mais a regulação algorítmica na educação brasileira do que a chegada de inúmeras plataformas educacionais, em especial as de avaliação? E por que se discute uma sala de aula inteligente ao mesmo tempo em que são destruídos os direitos trabalhistas das professoras e professores? Não seria o trabalho pedagógico dessas e desses profissionais suficientemente inteligente a ponto de ser tão valorizado quanto são as tecnologias? Ou é em nome de algum projeto de sociedade e do controle que não o é? Essa contradição entre as precárias condições de trabalho docente e a falta de autonomia que aumentam na medida em que se digitalizam os processos educativos delineiam uma disputa sobre as finalidades educativas da escola pública.

Israel (2025) mostra como essas duas dimensões aparecem em movimentos de digitalização da educação no Paraná, apontando elementos semióticos presentes nas campanhas de divulgação do Programa Educação para o Futuro. Para a autora (idem, 2025, p. 206) “O “velho” é representado pela sala de aula tradicional, borrada e apagada, com uma função simbólica que denota obsolescência. Já o “novo” aparece em primeiro plano, com dispositivos digitais simbolizando a escola do futuro”.

O novo, nesse sentido – ou o inteligente, se pensarmos na regulação algorítmica – seria essa sala de aula repleta de mercadorias digitais: equipamentos, plataformas, materiais digitalizados, *smart* professores⁴ etc. operacionalizando a pedagogia do capital, visto que as “plataformas educacionais são dispositivos corporativos que operam a partir do modelo de negócios, impactando o sentido do ensino público e borrando sua fronteira com o privado, ao imprimir a racionalidade e a atuação empresarial para dentro das escolas (Dijck et al., 2018)” (Israel, 2025, p. 207).

Ou seja, não se trata meramente da crítica ao alto custo dessas tecnologias, mas quais as intenções por trás de seus usos e de quem as controla. Entendemos que é fundamental refletir sobre como as tecnologias expressam visões de mundos imbricadas em seus solucionismos

⁴*Smart* professor ou professor pen-drive é como têm sido vendidos pen-drives repletos de “sequências didáticas” prontas e padronizadas de acordo com as habilidades e competências da BNCC. No entanto, esse mercado tem perdido espaço na medida em que as próprias secretarias passaram a distribuir plataformas, aulas roteirizadas etc. para o corpo docente.



mágicos. No entanto, essa abordagem do impacto das plataformas educacionais na produção de visões de mundo nos exige pensar nas interconexões entre tecnologias, currículo escolar e avaliação. É conhecido, por exemplo, que a pandemia da Covid-19 foi uma impulsora dos movimentos de plataformização na educação básica e no ensino superior (Cruz e Venturini, 2020), mas em que medida esse avanço na educação básica não se deu mediante a padronização dos currículos escolares proporcionada pela BNCC?

Segundo o Banco Mundial, “A pandemia da COVID-19 representou a maior crise de todos os tempos para os sistemas educacionais na América Latina e no Caribe, mas também desencadeou uma oportunidade incomparável para mudança” (Banco Mundial, 2021, p. 11). E de fato, estivemos realmente diante de uma janela de oportunidades para mudança, mas oportunidades de privatização da coisa pública, do aumento do controle sobre a formação da classe trabalhadora – quer seja, a formação do infoproletariado dotado de competências e habilidades digitais para o trabalho precarizado por plataformas (Antunes, 2020; Israel, 2025) – e da captação de dados, a base de negócios das *bigtechs*, por empresas de tecnologia que vendem pacotes de mercadorias educacionais. Na próxima seção, discutiremos como essas mudanças estão ocorrendo na rede estadual de educação de Minas Gerais e as relações entre currículo, avaliação e plataformas nesse processo.

Antigas ideias pedagógicas sob novas lentes tecnológicas em Minas Gerais

Durante o período de isolamento social causado pela pandemia da COVID-19, a SEE MG estabeleceu o Regime Especial de Atividades Não Presenciais (REANP) por meio da Resolução SEE nº 4310/2020. Esta estratégia da secretaria estadual foi composta por três frentes: os Planos de Estudos Tutorados (PETs), o programa Se Liga na Educação e o aplicativo Conexão Escola. Todas essas ferramentas foram incorporadas na plataforma Estude em Casa. Os PET's foram apostilas distribuídas para toda a rede com os conteúdos alinhados (lê-se padronizados) ao CRMG. O programa Se Liga na Educação, difundido pela Rede Minas, resgatou o formato de teleaula para transmitir os conteúdos através da televisão ou pelo aplicativo Conexão Escola, que, além das aulas gravadas, disponibilizava os PET's e outros materiais aos estudantes.

Neste momento, estava ocorrendo uma pressão muito intensa para imposição da BNCC em todo território nacional devido ao alto valor financeiro empenhado pelo ProBNCC, que, em Minas Gerais, resultou na elaboração do CRMG (Souza e Azevedo, 2025). Portanto, durante o período de isolamento social, da mesma forma em que as plataformas e movimentos de



digitalização em nome da eficiência encontravam legitimidade na BNCC – passou-se a comercializar mercadorias “alinhadas” às competências e habilidades da BNCC, haja vista sua obrigatoriedade – a imposição da BNCC também encontrava no caos dos sistemas públicos de ensino e nas plataformas uma possibilidade de territorialização com pouca ou nenhuma resistência.

Com a volta das atividades presenciais que se deu gradativamente a partir da publicação da Resolução SEE nº 4.644/2021, portanto, o uso das plataformas e ferramentas digitais não só continuou na rede, como também passou por um processo de ampliação, seguindo uma tendência nacional de plataformização:

Desse modo, embora a estratégia de negócios pressuponha a existência de escolas (a pandemia mostrou de modo cabal a inviabilidade do ensino remoto para a grande maioria das famílias), as mediações pedagógicas passam a ser preocupantemente semelhantes às adotadas no ensino a distância. O ensino das corporações educacionais gradativamente está combinando:

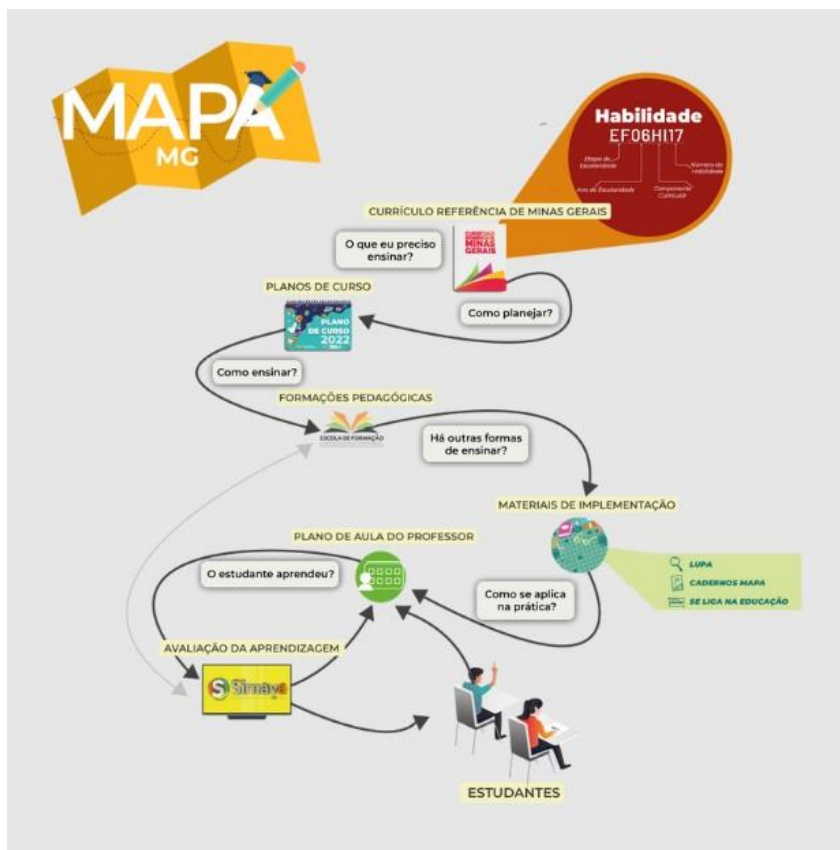
a) sistemas de ensino que contêm aulas apostiladas e roteirizadas, sistemas de avaliação baseados em competências que interdita os conhecimentos sistematizados e pressupõem práticas de ensino que impedem a imersão dos estudantes nos estudos, mantendo o cotidiano escolar limitado ao ambiente do senso comum;

b) plataformas de trabalho que intensificam e precarizam o labor, compreendendo atendimento online, agenda diária de trabalho, possibilitadas pela introdução na legislação trabalhista do trabalho intermitente. (Leher, 2022, p. 96)

Esta lógica de expansão pôde ser observada com a troca de nome da plataforma “Estude em Casa” para “Se Liga na Educação” (mesmo nome dado à teleaula do estado) e com o lançamento do Material de Apoio Pedagógico de Aprendizagem (MAPA), em 2022, que marcou inúmeras mudanças e a expansão dos mecanismos de controle digitais. O MAPA é composto pelos Jornais Lupa (um conjunto de produções textuais que abarcam notícias e temáticas da atualidade), Cadernos MAPA (com sequências didáticas prontas e padronizadas ao CRMG) e os planos de curso contendo as competências e habilidades do CRMG a serem ensinadas. Além disso, o programa Se Liga na Educação passou a fazer parte do MAPA e do Programa de Fomento e Implementação Progressiva do Currículo (Profip)⁵.

⁵ Em 2022, a teleaula do estado de Minas Gerais, além de ser incorporado pelo MAPA, passou a ser transmitida em todo território brasileiro, através da TV Brasil, reforçando a proposta curricular vigente e seu caráter homogeneizante. Outra questão é que, ao compor o Profip, o Se Liga na Educação assume uma centralidade na formação continuada de professores para reprodução do CRMG.

Figura 1 - Funcionamento do Material de Apoio Pedagógico de Aprendizagem no arranjo de controle dos processos educativos em Minas Gerais.



Fonte: Superintendência Regional de Ensino Metropolitana A de Minas Gerais (2022).

Todos esses materiais mencionados estão anexados na plataforma e estão de acordo com os Planos de Curso que são disponibilizados aos docentes via web, onde é feita uma distribuição das habilidades e competências do CRMG que devem ser ensinadas aos estudantes ao longo dos bimestres. Ou seja, os docentes recebem o plano de curso do estado (com as competências e habilidades que devem ser ensinadas), cadernos mapas (com sequências didáticas prontas para aplicar em sala de aula) e podem assistir e/ou sugerir que seus alunos assistam à teleaula. Além disso, uma outra plataforma que passou a se articular ao Se Liga na Educação é a do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE), que apresenta os resultados obtidos nas avaliações e aponta as habilidades e competências em que existe um déficit de aprendizagem. Embora o SIMAVE seja anterior ao Se Liga, a articulação entre as plataformas e o uso do SIMAVE neste projeto de padronização evidencia o papel da vigilância e da cobrança sobre os estudantes e os professores acerca do desempenho nas avaliações.

Mais recentemente, no segundo trimestre de 2025, o Se Liga na Educação foi renomeado como “Escola de Formação Digital”. Informações a respeito dessa mudança de nomenclatura ainda não foram disponibilizadas nos sites oficiais da SEE-MG até o momento da escrita deste

trabalho⁶. Uma hipótese que podemos levantar, no entanto, é de que novamente ocorrerá uma ampliação da plataforma e a assimilação de outras plataformas privadas que têm tido licenças compradas pela secretaria nos últimos anos. Inclusive, conforme demonstra a figura 2, essas plataformas já se integraram aos materiais do MAPA.

Figura 2 - Indicação do uso de plataformas no Material de Apoio Pedagógico de Aprendizagem

Prezados professores, clique na imagem para ser direcionado ao parceiro desejada.



Fonte: Escola de Formação Digital (2025).

Acessando o Portal de Transparência do estado, identificou-se a compra de licenças das plataformas Estudo Play, Elefante Letrado, Britannica School, Britannica ImageQuest e Google Workspace for Education Plus nos anos de 2024 e 2025. O investimento público mapeado até o momento através de um levantamento parcial dos contratos de uso dessas plataformas soma R\$340.716.694,84, sendo que todas as licenças obtidas até então foram de apenas 12 meses, com exceção do contrato mais recente com a Estudo Play Soluções Educacionais LTDA, de 24 meses. Embora essas plataformas apresentem características diversas, elas se assemelham justamente na gerência dos processos educativos.

Vejamos, a plataforma Estudo Play (ENEM MG), de acordo com informações obtidas na compra dos serviços, oferece “gerenciamento pedagógico para aos professores” possibilitando o monitoramento do desempenho dos estudantes, “gerenciamento pedagógico

⁶Exceto pelo slogan “O Se Liga agora é Escola de Formação Digital”, seguido por alterações no layout da plataforma. Disponível em: <https://seliga.educacao.mg.gov.br/inicio>. Acesso em abril de 2025.



aos diretores” possibilitando o controle sobre a performance dos(as) estudantes e professores(as) (inclusive com indicadores de acesso dos(as) professores(as) à plataforma organizados por turma, por escola, por regionais de ensino e de toda rede). Este instrumento gerencial pode, portanto, realizar um ranqueamento entre os alunos de uma turma, entre as turmas de uma escola, entre as escolas de um município etc.

Evidentemente que, para que os(as) professores(as) e as escolas possam se organizar neste novo sistema de gestão dos/por resultados, serão organizados “eventos de engajamento” mencionados no contrato, buscando aumentar a motivação dos estudantes por meio de “aulas-show”. Algo parecido ocorre com a plataforma Elefante Letrado, que promete um “teste de fluência leitora”. De acordo com o termo de contrato da plataforma, a iniciativa surgiu para suprir as defasagens de aprendizagens nas habilidades de linguagem e escrita, um problema estrutural ampliado pela pandemia da COVID-19. O solucionismo tecnológico surge neste contexto com a plataforma escolhida para sanar os problemas de alfabetização, neste caso, a Elefante Letrado. O funcionamento da plataforma consiste em um monitoramento do ritmo de leitura e o desempenho dos(as) alunos(as) em um layout gamificado que os(as) ranqueia e classifica.

A compra das plataformas Britannica Escola e Britannica ImageQuest apresenta-se com o discurso de disponibilizar materiais aos professores, às professoras e estudantes, como atlas, dicionário, jornais (Jornal JOCA, BBC Brasil), conteúdos (imagens e vídeos de 15 segundos sobre temas diversos) que podem ser compartilhados via Google Drive e Google Classroom, textos científicos com referências e citações e, por fim, tudo isso com um “design amigável”, termo utilizado no contrato com a plataforma. Os relatórios emitidos pela plataforma correspondem ao: i) tempo de leitura; ii) último acesso; iii) número de usuários e iv) número de visualização por conteúdo. A formação para o uso da plataforma tem ocorrido de forma online com uso de metodologias ativas voltadas ao “letramento digital”.

Já o acesso ao Google Workspace for Education Plus, primeiramente, demarca a entrada das big techs e de seus mecanismos de gerenciamento no controle da educação pública, a saber, pelo uso do Gmail, do Google Drive, do Google Docs e mais recentemente da inteligência artificial da Google, a Gemini, integrada na plataforma Série de Exercícios⁷. A formação para o uso desses recursos tem sido ofertada pela Amplifica, instituição que tem sido parceira da

⁷ Embora anunciado como plataforma, o Série de Exercícios na verdade é um recurso da plataforma Google Sala de Aula que elabora respostas aos alunos em tempo real utilizando Inteligência Artificial (IA), deixando às professoras e aos professores o que é mais importante, segundo a Google, ensinar. Mas dialogar com os estudantes não seria ensinar? Disponível em: <https://blog.google/intl/pt-br/novidades/educacao-personalizada-com-tecnologia-e-inteligencia-artificial/>.



Google na formação de professores, ensinando os(as) professores(as) e gestores a utilizarem as ferramentas disponíveis na plataforma. Dentre as parcerias da instituição estão: Google for Education, Fundação Lemann, Nova Escola, Fundação Roberto Marinho, Samsung, Instituto Palavra Aberta, Escola Digital, Fundação Sagres, Casa Thomas Jefferson, Pipa Comunicação, Thomas Maker, Oi Futuro, LerConecta e FTD Educação, ou seja, nomes já conhecidos por atuarem nas fronteiras da privatização da educação pública brasileira.

Se por um lado, este levantamento das plataformas permite entender os gastos do estado na tentativa de digitalização da educação, por outro, possibilita a compreensão das funcionalidades e do conteúdo político expresso na arquitetura dessas plataformas, suas visões de mundos e sobre a docência. Não se trata apenas de analisar a funcionalidade, as “potencialidades e limitações” das TDICS na sala de aula, pelo contrário, é necessário cada vez mais uma maior atenção às ideologias presentes nessas tecnologias, neste caso, muito associadas ao controle do trabalho docente, à lógica empresarial e gerencialista de educação e ao modelamento de comportamentos da classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou o percurso do uso de plataformas e recursos digitais pela SEE MG desde o primeiro trimestre de 2020, sobretudo através da Escola de Formação Digital. Foi discutida a formação de um ambiente digital de aprendizado através da articulação de inúmeros mecanismos de controle legitimados pelo currículo padronizado. Além disso, foram apontadas algumas tendências a partir de ações tomadas pela secretaria nos últimos 5 anos.

A plataformização da educação na SEE-MG tem tomado inúmeras frentes, das quais destacam-se as parcerias e/ou acordos e contratos com empresas privadas do ramo tecnológico (principalmente através da compra de licenças de uso de plataformas de domínio privado ou para formação continuada direcionada ao uso desses produtos) e através do investimento na produção e circulação de materiais digitais e de plataformas de domínio estatal. Apesar dessa aparente diversidade de frentes assumidas pelo fenômeno, existe uma relação intrínseca entre as plataformas digitais, a padronização e o controle do trabalho docente e dos conteúdos.

Esta relação ocorre entre os interesses privados e os investimentos públicos, mediada pelo CRMG que dita como as plataformas e os materiais devem operacionalizar os processos educativos. As avaliações e as plataformas específicas de avaliação também reivindicam uma centralidade neste processo, pois, ao mesmo tempo em que instauram uma vigilância constante



acerca do trabalho docente e do desempenho dos estudantes, legitimam e propõem o uso de recursos digitais como estratégia ao que tem sido chamado de recomposição de aprendizagens.

Agradecimentos

Agradeço aos professores e professoras da escola pública que lutam e resistem por uma educação transformadora! Também registro meu agradecimento à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pela bolsa de mestrado.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

AZEVEDO, Sandra de Castro de. A educação sem escola: o ensino remoto emergencial, a função social da educação e a desigualdade social. In: ALVES, Flamarion Dutra; AZEVEDO, Sandra de Castro (orgs.). **Análises geográficas sobre o território brasileiro: dilemas estruturais à Covid-19**. MG: Alfenas, Editora Universidade Federal de Alfenas, 2020.

Disponível em: https://www.unifal-mg.edu.br/ppgeo/wp-content/uploads/sites/79/2020/12/Analises-geograficas-sobre-o-territorio-brasileiro_Alves-e-Azevedo.pdf. Acesso em janeiro de 2025.

BANCO MUNDIAL. **Agindo agora para proteger o capital humano de nossas crianças** - Os custos e a resposta ao impacto da pandemia de Covid-19 no setor de Educação na América Latina e Caribe. Banco Mundial, 2021. Disponível em:

<https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2021/03/17/hacer-frente-a-la-crisis-educativa-en-america-latina-y-el-caribe>. Acesso em setembro de 2025.

BANCO MUNDIAL. **Relatório de Capital Humano Brasileiro** - investindo nas pessoas. Banco Mundial, 2022. Disponível em:

<https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brasil-relatorio-de-capital-humano-investindo-nas-pessoas>. Acesso em janeiro de 2025.

BRANQUINHO, Evânio dos Santos. A Degradação do Trabalho na Distopia da Cidade Inteligente. **Revista Territorium Terram**, v. 6, n. Edição Especial 1, p. 10-28, 2023.

Disponível em: https://seer.ufsj.edu.br/territorium_terra/article/view/5295. Acesso em 10 de novembro de 2024.

CRUZ, Leonardo Ribeiro da; VENTURINI, Jamila Rodrigues. Neoliberalismo e crise: o avanço silencioso do capitalismo de vigilância na educação brasileira durante a pandemia da Covid19. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, v. 28, 1060-1085, 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A nova e a velha faces da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (orgs.). **Teoria e Educação no Labirinto do Capital**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

GRUPO ESCOLA PÚBLICA E DEMOCRACIA (GEPUD); REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE (REPU). **Plataformização e controle do trabalho escolar na rede estadual paulista**. Nota Técnica. São Paulo: Gepud / REPU, 03 jul. 2025. Disponível em:



ENANPEGE

XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Geografia

www.repu.com.br/notas-tecnicas; www.gepud.com.br/manifestacoes.html. Acesso em setembro de 2025.

ISRAEL, Carolina Batista. Do Trabalho Digital ao Ensino Plataformizado: Reflexões sobre os Impactos do Neoliberalismo Digital. **Terra Livre**, v. 2, n. 63, p. 183–220, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3688>. Acesso em setembro de 2025.

ISRAEL, Carolina Batista. Economia de dados e digitalização do espaço: a Geografia em tempos de capitalismo digital. In: OLIVEIRA, Adão Francisco de Oliveira et al. **Geografias da Esperança: Revisitar o Brasil, dialogar com o mundo**. 1. ed. – Anápolis, GO : Editora UEG, 2024. Disponível em: <https://www.ueg.br/editora/referencia/13220>. Acesso em setembro de 2025.

LEHER, Roberto. Mercantilização da Educação, Precarização do Trabalho Docente e o Sentido Histórico da Pandemia Covid 19. **Revista de Políticas Públicas**, v. 26, n. Especial, p. 78–102, 30 Dez 2022 Disponível em: <https://periodicos eletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/20262>. Acesso em: março de 2025.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu Editora, 2018, 192 p.

SOUZA, Guilherme Albuquerque de Oliveira; AZEVEDO, Sandra de Castro de. A invenção do nacional em políticas curriculares educacionais: o caso do Programa de Apoio à implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO, 5., 2025, Rio Claro, SP. **Anais [...]** Rio Claro, SP: UNESP / IGCE – Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2025. Disponível em: <https://www.cboeunesp.com.br/certificadoanais>.